

Antonio

Carlos

Gil **MÉTODOS**

E TÉCNICAS

DE PESQUISA

SOCIAL

7ª Edição



atlas

3

PESQUISA SOCIAL

Pesquisa é o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Seu objetivo é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Assim, pesquisa social é o conjunto de procedimentos que visa, mediante a utilização de métodos científicos, a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

A realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais. Assim, o conceito de pesquisa adotado aplica-se às investigações realizadas no âmbito das mais diversas ciências sociais, incluindo Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Economia etc.

Este capítulo refere-se à pesquisa social. Após estudá-lo cuidadosamente, você será capaz de:

- Reconhecer as finalidades da pesquisa social.
- Classificar as pesquisas segundo seus objetivos mais gerais.
- Discutir os papéis do pesquisador na construção da pesquisa social.
- Identificar as etapas do processo de pesquisa.

3.1 Finalidades da pesquisa

A pesquisa social pode decorrer de razões de ordem intelectual, quando baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação de conhecer, e de ordem prática, quando voltadas a alguma aplicação de ordem prática. Daí por que se pode falar em pesquisa pura e em pesquisa aplicada.

A pesquisa pura busca o progresso da ciência, procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser bastante formalizado e objetiva a generalização, com vistas na construção de teorias e leis.

A pesquisa aplicada, por sua vez, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento; todavia, tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial. De modo geral, é este o tipo de pesquisa a que mais se dedicam profissionalmente os psicólogos, sociólogos, economistas, assistentes sociais e outros pesquisadores sociais.

3.2 Níveis de pesquisa

Cada pesquisa social tem um objetivo específico. Contudo, é possível agrupar as mais diversas pesquisas em certo número de grupamentos amplos. Assim, Duverger (1962) distingue três níveis de pesquisa: descrição, classificação e explicação. Sellitz et al. (1967) classificam as pesquisas em três grupos: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que verificam hipóteses causais. Esta última é a classificação mais adotada na atualidade e também o será aqui, com uma alteração de nomenclatura: as pesquisas do último grupo serão denominadas explicativas.

3.2.1 Pesquisas exploratórias

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e análises de casos. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele.

Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, torna-se necessário seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

3.2.2 Pesquisas descritivas

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade.

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc.

3.2.3 Pesquisas explicativas

São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo é considerado o tipo mais complexo, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.

Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Isso não significa, porém, que as pesquisas exploratórias e descritivas tenham menos valor, porque quase sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possam obter explicações científicas. Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

As pesquisas explicativas nas ciências naturais valem-se principalmente do método experimental. Nas ciências sociais, em virtude das dificuldades já comentadas, recorre-se a outros métodos, sobretudo ao observacional. Nem sempre se torna possível a

realização de pesquisas rigidamente explicativas em ciências sociais, mas em algumas áreas, sobretudo da Psicologia, as pesquisas revestem-se de elevado grau de controle, chegando mesmo a ser designadas “quase experimentais”.

3.3 Etapas da pesquisa

As pesquisas sociais, tanto por seus objetivos, quanto pelos procedimentos que envolvem, são muito diferentes entre si. Por essa razão, torna-se impossível apresentar um esquema que indique todos os passos do processo de pesquisa. Há consenso, no entanto, que a pesquisa é um processo que envolve quatro grandes etapas: planejamento, coleta de dados, análise e interpretação e redação do relatório.

3.3.1 Planejamento

Como muitas outras atividades, a pesquisa, para que possa ser racionalmente executada, requer planejamento, ou seja, o estabelecimento de um plano para otimizar o alcance de seus objetivos. O planejamento consiste, pois, na previsão das ações necessárias para se atingir os objetivos da pesquisa com vistas à provisão dos meios requeridos para sua efetivação. Assim, pode-se afirmar que o planejamento da pesquisa busca fornecer respostas a cinco indagações: “o que pesquisar?”, “como pesquisar?”, “quando pesquisar?”, “onde pesquisar?” e “por que pesquisar?”.

As respostas a essas indagações referem-se, portanto: 1) à definição do problema e dos objetivos da pesquisa, 2) à determinação dos métodos que serão utilizados, 3) à delimitação espacial, 4) à delimitação temporal e 5) à justificativa de sua realização.

3.3.2 Coleta de dados

Os dados requeridos pela pesquisa são obtidos em diferentes naturezas. Podem ser dados de campo, ou seja, obtidos no local em que os fenômenos ocorrem espontaneamente, mediante procedimentos como observação, aplicação de questionários e entrevistas. Podem ser obtidos em laboratório, ou seja, em local em que os fenômenos ocorrem de maneira controlada. Nesse caso, os dados são obtidos mediante procedimentos experimentais; o que não é muito frequente em pesquisas sociais. Os dados também podem ser obtidos mediante consulta a arquivos, análise de documentos ou análise de artefatos físicos, já que documento, em acepção ampla, corresponde a qualquer suporte material que incorpora algum tipo de informação. Podem, ainda, ser de natureza bibliográfica, quando são obtidos mediante textos elaborados com a finalidade explícita de serem lidos. São, pois, dados obtidos mediante a leitura de livros, artigos de periódicos, anais de eventos e impressos diversos.

3.3.3 Análise e interpretação dos dados

Os dados obtidos, para que tenham significado, precisam passar pelo processo de análise e interpretação. Precisam ser tabulados, resumidos, organizados e apresentados em tabelas, gráficos ou diagramas. Tem-se, assim, a análise dos dados. Mas esses

dados precisam também ser interpretados. Uma das formas de se proceder à análise consiste no cotejo dos dados obtidos na pesquisa com outros dados, que podem ser de arquivo ou obtidos em pesquisas realizadas anteriormente. A interpretação também pode ser feita mediante a análise dos dados obtidos à luz de alguma teoria. É o que torna a interpretação mais rica, pois um dos mais importantes papéis da teoria na pesquisa é o de conferir maior significância aos dados.

3.3.4 Redação do relatório

A pesquisa se conclui com a redação do relatório, que é o documento que esclarece acerca da maneira como a pesquisa foi concebida, como seu projeto foi executado, como os dados foram obtidos e como foram analisados e interpretados. Constitui documento fundamental para a comunicação dos resultados da pesquisa. Para sua elaboração deverão ser consideradas tanto as implicações relativas à estrutura e ao estilo do texto quanto as normas referentes aos aspectos gráficos do relatório. Importante é, pois, a observação das normas da ABNT, notadamente as relacionadas com a organização do texto, as citações e as referências.

3.4 Envolvimento do pesquisador na pesquisa

Pesquisa social é uma construção humana. Seus resultados, conseqüentemente, não são indiferentes nem à forma de obtenção nem à maneira como o pesquisador concebe o mundo, o homem e a ciência. Daí a existência de diferentes modelos de pesquisa segundo o grau de envolvimento do pesquisador.

3.4.1 Modelo clássico de pesquisa

O estabelecimento de regras acerca do proceder científico tem sido bastante influenciado pela orientação positivista, que preconiza a utilização de procedimentos rigorosamente empíricos com vistas na obtenção de um máximo de objetividade na pesquisa. Assim, Durkheim (1973, p. 378) estabelece como a primeira regra do método sociológico "Tratar dos fatos sociais como coisas". Skinner recomenda aos pesquisadores uma atitude de absoluta neutralidade em relação ao fenômeno pesquisado. Para ele, a ciência "é uma disposição para aceitar fatos, mesmo quando eles se opõem aos desejos" (SKINNER, 1953, p. 53).

A objetividade, entretanto, não é facilmente obtida por causa de sua sutileza e implicações complexas. Todo conhecimento do mundo é afetado pelas predisposições dos observadores. Quanto mais as observações se afastam da realidade física, maiores as possibilidades de distorção. Quando um biólogo lida com bactérias, por exemplo, há poucas possibilidades de distorção, porque seus pontos de vista e inclinações pessoais dificilmente interferirão no estudo. Mas quando os cientistas tratam de temas como personalidade, criatividade, autoritarismo ou classe social, as possibilidades de distorção aumentam consideravelmente.

Com o objetivo de evitar o problema da subjetividade, autores de orientação positivista sugerem que a investigação dos fenômenos sociais se restrinja àquilo que possa ser efetivamente observado. Assim, Skinner (1953, p. 13) indica que é “melhor ficar sem resposta do que aceitar uma resposta inadequada”.

Essa postura positivista de estudar os fenômenos sociais da mesma forma similar aos fenômenos naturais tem muitos adeptos. A separação rígida entre os sistemas de valores do cientista e os fatos sociais enquanto objeto de análise é proposta por inúmeros metodólogos. Alegam em favor dessa postura que as ciências sociais devem ser neutras, apolíticas e descomprometidas. Nesse sentido, a maioria dos manuais clássicos de pesquisa social propõe o máximo distanciamento entre o pesquisador e o objeto pesquisado.

3.4.2 Modelos alternativos de pesquisa

Muitas críticas têm sido feitas ao modelo clássico de pesquisa empírica. Habermas (1971) afirma que os empiristas são marcados pela “ilusão objetivista”, ao admitirem que, pela observação direta dos fatos, seja possível chegar às evidências imediatas, sem o auxílio de qualquer elemento subjetivo ou da ação consciente de sujeitos ativos. Marcuse (1968, p. 46), por sua vez, afirma que a realidade é uma coisa muito mais rica do que aquilo que está codificado na lógica dos fatos e que, para se compreender como as coisas verdadeiramente são, torna-se necessário recusar sua simples facticidade.

As críticas aos procedimentos clássicos de pesquisa têm sido motivadas por motivos de ordem prática ou ideológica. As primeiras ressaltam os vultosos custos da pesquisa e os comparam com seus resultados, nem sempre significativos. Alegam os críticos que a pesquisa rigorosa, a despeito de exigir a utilização de amplos recursos humanos, materiais e financeiros, não conduz a resultados de qualidade muito superior à obtida pelo senso comum. Lembram também que muitas dessas pesquisas, por envolverem exaustivas tarefas de planejamento, coleta de dados, análise e interpretação, só tornam possível a comunicação de seus resultados após decorrido razoável período de tempo a contar de seu início.

As críticas mais veementes contra as pesquisas rigorosamente empíricas têm sido, entretanto, determinadas por motivos de ordem ideológica. Os argumentos mais fortes têm sido os que identificam a pesquisa social empírica como formas de controle social. Nesse sentido, segundo Habermas (1971, p. 8), por trás dos métodos empíricos analíticos existe um interesse cognitivo – o do controle instrumental – que “prejulga o significado de determinados conceitos, interferindo, assim, não só na construção das teorias, como também na maneira como elas são tratadas”. Oliveira e Oliveira (1983, p. 22) afirmam que “os cientistas sociais contribuíram para a implantação gradual de toda uma série de instituições de controle social – desde a escola até o asilo psiquiátrico e a prisão – cuja finalidade é modelar o comportamento de todos pelos padrões de normalidade definidos pelos donos do poder”.

Com a finalidade de possibilitar a obtenção de resultados socialmente mais relevantes, alguns modelos alternativos de pesquisa vêm sendo propostos, sendo a “pesquisa-ação” e a “pesquisa participante” os mais divulgados.

A pesquisa-ação, segundo a definição de Thiollent (1985, p. 14) é

“... um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.”

A pesquisa participante, de acordo com Fals Borda (1983, p. 43) é a pesquisa

“... que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior.”

Tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante caracterizam-se pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. O que tem levado autores vinculados ao paradigma positivista a rejeitá-las como pesquisas rigorosamente científicas, argumentando que nelas a rigorosa objetividade deixa de ser observada. Nesse sentido, os teóricos da pesquisa-ação propõem sua substituição pela “relatividade observacional” (THIOLLENT, 2005, p. 98), segundo a qual a realidade não é fixa e o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados. Esses teóricos associam a pesquisa-ação – e também a pesquisa participante ao paradigma dialético, que trata a questão da objetividade de maneira diversa do positivismo. A dialética procura captar os fenômenos históricos, caracterizados pelo constante devir. Privilegia, pois, o lado conflituoso da realidade social. Assim, o relacionamento entre o pesquisador e pesquisado não se dá como mera observação do primeiro pelo segundo, mas ambos “acabam se identificando, sobretudo quando os objetos são sujeitos sociais também, o que permite desfazer a ideia de objeto que caberia somente em ciências naturais” (DEMO, 1984, p. 115).

O envolvimento do pesquisador também ocorre nas pesquisas denominadas qualitativas (narrativa, fenomenológica, etnográfica, teoria fundamentada etc.). São pesquisas que se orientam pelo paradigma interpretativista, que concebe a realidade como uma construção que se dá pela interação entre as pessoas e o mundo.

Assim, pode-se dizer que de acordo com esse paradigma, o conhecimento acerca da realidade é construído por meio da interação entre as pessoas e o mundo em que vivemos. Não existiria, portanto, uma realidade objetiva a ser descoberta por pesquisadores – como estabelece o positivismo – e nossas teorias acerca da realidade seriam sempre artifícios para conferir significado ao mundo vivido.

Também nas pesquisas que adotam o enfoque interpretativista – as pesquisas qualitativas – os pesquisadores procuram chegar o mais próximo possível dos participantes

que estão sendo estudados. Dessa forma, o saber passa a ser conhecido por meio de experiências subjetivas de pessoas. Mesmo porque essas pesquisas são conduzidas no “campo”, ou seja, onde os participantes vivem e trabalham. Os pesquisadores deliberadamente procuram minimizar a distância entre eles e os participantes (CRESWELL, 2014).

Exercícios e trabalhos práticos

1. Indique razões de ordem prática para a realização de pesquisas sobre: religiosidade, agressividade, preconceito racial e motivação no trabalho.
2. Analise a expressão: “Pesquisas descritivas referem-se ao **quê** e explicativas ao **porquê**”.
3. Analise as implicações na pesquisa da regra definida por Durkheim: “Tratar os fatos sociais como coisas”.
4. Estabeleça relações entre o método dialético e a pesquisa-participante, sobretudo no que se refere ao papel do pesquisador.
5. Analise alguns relatórios de pesquisa. Procure classificá-los em exploratórios, descritivos e explicativos.

7

DELINEAMENTO DA PESQUISA

A formulação do problema, a construção de hipóteses e a identificação das relações entre variáveis constituem passos do estabelecimento do contexto teórico da pesquisa, que é essencial para que esta assuma um caráter científico. Para que a pesquisa se efetive, torna-se necessário, no entanto, confrontar a visão teórica do problema, com os dados da realidade. Ou, em outras palavras, proceder ao delineamento (*design*) da pesquisa.

O delineamento refere-se à estratégia global adotada pelo pesquisador para integrar os diferentes componentes do estudo da pesquisa maneira coerente e lógica, garantindo o efetivo tratamento do problema e a consecução de seus objetivos. Constitui o modelo para a coleta, análise e interpretação dos dados. Deve, portanto, ser elaborado de forma a possibilitar uma abordagem ordenada dos procedimentos a serem adotados ao longo do processo de pesquisa.

Este capítulo trata, pois, do delineamento da pesquisa social. Após estudá-lo cuidadosamente, você será capaz de:

- Reconhecer a importância do delineamento da pesquisa.
- Identificar os aspectos a serem considerados no delineamento da pesquisa.
- Classificar os delineamentos de pesquisa social.
- Caracterizar os diferentes delineamentos de pesquisa quantitativa e qualitativa.

7.1 O significado do delineamento da pesquisa

O conceito de delineamento de pesquisa está longe de ser tratado uniformemente pelos pesquisadores de língua portuguesa. O que se propõe usualmente nos manuais de pesquisa corresponde à tradução do termo inglês *design*, que tem sido utilizado

com muitos significados, tais como esboço, desenho, plano, projeto, planejamento, propósito e intenção. Com efeito, todos estes significados têm algo a ver com o delineamento da pesquisa. Não pode, porém, o delineamento ser entendido apenas como um plano geral da pesquisa. Não é algo que se efetiva com uma simples proposta de pesquisa, pois requer o exame crítico das informações necessárias para que se possa dar respostas significativas ao problema proposto.

O efetivo delineamento da pesquisa só ocorre após a consecução de seu marco teórico, que implica a clara formulação do problema e definição dos objetivos, o estabelecimento de um sistema conceitual, a construção de hipóteses, quando for o caso, e o estabelecimento de relações entre as variáveis.

O delineamento da pesquisa refere-se à estratégia determinada para integrar os diferentes componentes do estudo de forma coerente e lógica, garantindo a efetiva abordagem do problema de pesquisa. Como indica Yin (2014), o delineamento da pesquisa lida com um problema lógico, não com um problema logístico. Constitui, portanto, o modelo para a coleta, medição, análise e interpretação dos dados. Sua função é garantir que as evidências obtidas permitam a resolução do problema da forma mais inequívoca possível. Sua efetivação requer:

1. Identificação clara do problema e justificativa de sua relevância.
2. Revisão da literatura associada à área em que se insere o problema.
3. Especificação dos objetivos, hipóteses ou questões de pesquisa.
4. Identificação dos dados requeridos e dos procedimentos para sua obtenção.
5. Descrição dos métodos de análise e interpretação dos dados.

7.2 A diversidade de delineamentos

Como toda pesquisa decorre de um problema específico, pode-se afirmar que para cada pesquisa deverá haver um delineamento específico. Mas como o delineamento é uma estratégia geral que integra os diferentes componentes do estudo, torna-se possível definir um certo número de delineamentos que correspondem a pesquisas assemelhadas quanto a seus propósitos e formas de execução. Assim, o pesquisador, após ter decidido acerca dos propósitos, do alcance e do *modus operandi* da pesquisa, escolhe um dos delineamentos disponíveis para orientar o seu desenvolvimento. Ele pode até mesmo, neste momento, “rotular” a sua pesquisa.

Em algumas áreas do conhecimento pode-se definir um certo número de delineamentos que podem até mesmo ser hierarquizados de acordo com seu poder de explicação. Assim, em Medicina, tradicionalmente definem-se os delineamentos: metanálises, ensaios clínicos, estudos de coorte, estudos caso-controle, estudos transversais e relatos de caso; ordenados segundo o critério da evidência. No campo das ciências sociais, até meados do século passado, definir os delineamentos de pesquisa constituía tarefa bastante simples. Tanto é que Chapin (1920) caracterizava apenas três modalidades (ou delineamentos) de pesquisa empírica: estudos de caso (*case works*), pesquisas por amostragem e censos. Bogardus (1926), por sua vez, estabelecia apenas

duas grandes modalidades de pesquisa social: bibliográficas e de campo. Mas com o desenvolvimento das ciências sociais, novas modalidades de pesquisa foram sendo incorporadas. O que incentivou o estabelecimento de sistemas classificatórios.

Um dos sistemas mais adotados contemporaneamente é o que classifica as pesquisas segundo seus objetivos mais gerais:

1. **Pesquisas exploratórias**, que têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.
2. **Pesquisas descritivas** têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno.
3. **Pesquisas explicativas**, que têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Este sistema, a rigor, caracteriza as pesquisas segundo o nível de explicação dos fatos e fenômenos, já que parte do mais simples para o mais complexo.

As pesquisas também podem ser classificadas segundo a natureza dos dados, determinado a existência de pesquisas quantitativas e qualitativas. As **pesquisas quantitativas** caracterizam-se pela utilização de números e medidas estatísticas que possibilitam descrever populações e fenômenos e verificar a existência de relação entre variáveis. As **pesquisas qualitativas**, por sua vez, caracterizam-se pela utilização de dados qualitativos, com o propósito de estudar a experiência vivida das pessoas e ambientes sociais complexos, segundo a perspectiva dos próprios atores sociais. Há, também, pesquisas que se valem tanto de procedimentos quantitativos quanto qualitativos, designadas como **pesquisas de métodos mistos**.

As pesquisas podem, ainda, ser classificadas de acordo com a interferência do pesquisador. Assim, podem ser definidas pesquisas interferentes e não interferentes. **Pesquisas interferentes** são as que envolvem a obtenção de dados diretamente dos detentores de informação. A interferência manifesta-se em diferentes graus, sendo as mais interferentes as que utilizam a técnica da observação participante, em que o pesquisador atua como membro do grupo pesquisado. Pesquisas experimentais e levantamentos também são pesquisas interferentes, pois o pesquisador manipula as variáveis ou estimula as pessoas a fornecer respostas. **Pesquisas não interferentes** são as que não envolvem participação direta do pesquisador na coleta de dados. É o caso das pesquisas comparativas, bem como das que se valem de dados estatísticos disponíveis e da análise de conteúdo.

Com base nessas considerações, procede-se à caracterização dos principais delineamentos de pesquisa social. Não há como garantir que esta relação abranja a totalidade das pesquisas sociais, nem que as categorias constituídas por delineamentos específicos, sejam mutuamente exclusivas. Busca-se, no entanto, classificar as pesquisas, considerando, principalmente, a natureza dos dados, o que leva a três grupamentos: pesquisas quantitativas, pesquisas qualitativas e pesquisas de métodos mistos. Considera-se, ainda, outro grupamento abrangendo as pesquisas não interferentes, que podem ocorrer tanto em um contexto quantitativo como qualitativo.

7.3 Pesquisas quantitativas

As pesquisas qualitativas durante muito tempo foram consideradas as únicas capazes de ser conduzidas com rigor científico. Isto porque a origem das ciências sociais vincula-se ao Positivismo, doutrina filosófica que preconiza a utilização dos mesmos métodos das ciências naturais, que são essencialmente quantitativos. Essas pesquisas continuam sendo as mais prestigiadas no campo das ciências sociais, embora seja crescente o número de pesquisas qualitativas, bem como o das definidas como de métodos mistos.

7.3.1 Pesquisa experimental

A pesquisa experimental é considerada a mais rigorosa entre as pesquisas científicas. Consiste basicamente em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. Seu esquema básico pode ser assim descrito: seja Z o fenômeno estudado, que em condições não experimentais se apresenta perante os fatores A , B , C e D . A primeira prova consiste em controlar cada um desses fatores, anulando sua influência, para observar o que ocorre com os restantes. Seja o exemplo:

A , B e C produzem Z

A , B e D não produzem Z

B , C e D produzem Z

Dos resultados dessas provas pode-se inferir que C é condição necessária para a produção de Z . Se for comprovado ainda que unicamente com o fator C , excluindo-se os demais, Z também ocorre, pode-se também afirmar que C é condição necessária e suficiente para a ocorrência de Z , ou, em outras palavras, que é sua causa.

Quando os objetos em estudo são entidades físicas, tais como porções de líquidos, bactérias ou ratos, não se identificam grandes limitações quanto à possibilidade de experimentação. Quando, porém, se trata de experimentos com pessoas, grupos ou organizações, as limitações tornam-se bastante evidentes. Muitos fatores, inclusive de ordem ética, impedem que a experimentação se faça eficientemente nas ciências sociais, razão pela qual os procedimentos experimentais adequem-se a um número reduzido de situações. Assim, nem todas as pesquisas que se valem de experimentos podem ser consideradas genuinamente experimentais. Algumas são quase experimentais e outras pré-experimentais (CAMPBELL; STANLEY, 1979).

Pesquisa genuinamente experimental. Para que um estudo seja reconhecido como genuinamente experimental precisa apresentar algumas características. Primeiramente, é necessário que os indivíduos que participam do experimento componham dois grupos: o experimental e o de controle. A inclusão em um ou em outro grupo deverá ser feita por um processo de distribuição aleatória, que consiste em formar dois grupos com características semelhantes. Procedendo dessa maneira, os fatores que poderiam confundir a interpretação dos resultados tendem a se distribuir igualmente nos grupos, tendo, assim, seus efeitos anulados.

Os indivíduos do grupo experimental deverão ser submetidos a algum tipo de estímulo de influência ou, em outras palavras, à ação da variável independente. Imagine-se, por exemplo, que o objetivo da pesquisa seja o de verificar a influência da iluminação sobre a produtividade. Nesse caso, seriam constituídos dois grupos de trabalhadores. O primeiro (grupo experimental) seria submetido a variações de intensidade luminosa, ao passo que o segundo (grupo de controle) ficaria submetido a condições normais de iluminação. Os dois grupos seriam, a seguir, acompanhados de maneira semelhante para verificar os efeitos da iluminação sobre a produtividade. Um cuidado importante nessa fase consiste em não promover diferenças entre os grupos a partir da forma de acompanhamento. Se, por fim, forem constatadas diferenças significativas entre os grupos, admite-se a veracidade da hipótese.

Podem ser identificados diferentes tipos de delineamento experimental. O exemplo dado refere-se ao *delineamento de dois grupos casualizados*, já que os sujeitos são distribuídos aleatoriamente tanto para o grupo experimental como para o grupo de comparação. Outro tipo é o *delineamento antes-depois com dois grupos*, que permite ao experimentador perceber se os dois grupos eram equivalentes antes do tratamento e proceder a ajustamentos nas medidas do pós-teste para possibilitar um teste mais eficaz do tratamento. Outros delineamentos mais dispendiosos são o *delineamento de quatro grupos de Solomon*, que requer quatro grupos de sujeitos para testar apenas dois níveis de um tratamento e o *delineamento fatorial*, em que duas ou mais variáveis independentes são apresentadas com todas as suas combinações (ou fatores) possíveis.

Pesquisa quase experimental. Há pesquisas em que, embora a variável independente seja manipulada, os participantes não são designados aleatoriamente. Estas são denominadas **quase** experimentais. São realizadas em contextos em que a designação aleatória é difícil ou impossível. Considere-se, por exemplo, uma pesquisa que tenha como propósito avaliar um novo método de ensino de línguas para estudantes do ensino médio. Nesse estudo os estudantes não seriam designados aleatoriamente, mas mediante decisão do pesquisador, que poderia definir um grupo experimental constituído por estudantes de uma turma da primeira série e um grupo de controle por outra turma de estudantes também da primeira série. Torna-se possível nesse estudo observar o que ocorre, quando ocorre e com quem ocorre, possibilitando, de alguma forma, a análise de relações causa e efeito. Como, porém, a designação dos estudantes não foi aleatória, pode haver diferenças importantes entre eles. Assim, é possível que, se no final do estudo for constatada diferença significativa no conhecimento de línguas, esta poderia ter sido causada pela diferença entre os métodos de ensino. Mas poderia ter sido determinada por diferenças entre os estudantes que não puderam ser controladas. O que faz com que este não constitua um delineamento rigoroso.

Pesquisa pré-experimental. Também há estudos que, embora designados por seus autores como experimentais, não podem, a rigor, serem considerados

como tal. Um desses tipos de estudo é aquele em que um único grupo é estudado apenas uma vez, seguido de algum agente ou tratamento presumivelmente capaz de causar algum tipo de mudança. Suponha-se, por exemplo, que se queira testar a hipótese de que a oração torna as pessoas mais conformistas. Para tanto, entrevistem-se pessoas que costumam rezar. Tem-se um grupo único, sem controle, em que X é o hábito de rezar e Y é o conformismo. Imagine-se, então, que após serem realizadas entrevistas, altos níveis de conformismo tenham sido verificados entre pessoas que costumam rezar. Seria possível, então, concluir que a hipótese é verdadeira? Rigorosamente, não. Não é possível concluir sem comparações. Pode-se objetar que a maioria das pessoas que adquiriram o hábito de orar eram conformistas. Pode-se objetar também que o conformismo verificado seja menos um reflexo das atitudes individuais do que do clima social dominante no momento em que a pesquisa foi realizada. Não seria despropositado, ainda, supor que os entrevistados constituiriam um tipo seletivo de pessoas que oram. Se fossem entrevistadas outras pessoas, poderiam não ter sido encontrados altos níveis de conformismo. Assim, delineamentos desse tipo, realizados com um único grupo, sem nenhum controle anterior ao experimento e sem nenhum nível de comparação são muito vulneráveis. Por essa razão são denominados mais adequadamente como pré-experimentais (CAMPBELL, STANLEY, 1979).

7.3.2 Pesquisa *ex-post facto*

Nem sempre na pesquisa social é possível manter algum tipo de controle dos estímulos experimentais. Com frequência, a distribuição aleatória dos participantes da pesquisa e o controle de laboratório são inviáveis. É possível, entretanto, em algumas situações, adotar um tipo de delineamento que apresenta certa semelhança com o experimental: o delineamento *ex-post facto* (a partir do fato passado).

Pode-se definir pesquisa *ex-post facto* como uma investigação sistemática e empírica na qual o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis independentes, porque suas manifestações já ocorreram ou porque são intrinsecamente não manipuláveis (KERLINGER, 1980). Nesse caso, são feitas inferências sobre a relação entre variáveis sem observação direta, a partir da variação concomitante entre as variáveis independentes e dependentes.

Na pesquisa *ex-post facto* a manipulação da variável independente é impossível. Elas chegam ao pesquisador já tendo exercido os seus efeitos. A pesquisa *ex-post facto* lida com variáveis que por sua natureza não são manipuláveis, como: sexo, classe social, nível intelectual, preconceito, autoritarismo etc. Por exemplo, numa pesquisa para verificar a influência da privação na infância sobre o desenvolvimento mental futuro, não seria possível fazer com que grupos diferentes de crianças sofressem privações em graus diferentes, à vontade do pesquisador. Seria possível, contudo, encontrar grupos de indivíduos que já tivessem passado por níveis diferentes de privação e depois estudar seu desenvolvimento mental. Assim, Goldfarb (1955), em estudo clássico, comparou a inteligência de adolescentes que haviam passado seus três primeiros anos em instituições com a inteligência de outros adolescentes. Constatou, então,

que a média de inteligência do grupo institucional era substancialmente mais baixa do que a média do outro grupo.

Esses resultados, no entanto, são críticos. Como há estudos indicando que a inteligência está fortemente relacionada com a classe social, não seria possível admitir que as crianças que viveram em instituições eram provenientes principalmente de famílias de classes inferiores? Dessa forma, a diferença observada entre os dois grupos de crianças poderia ser creditada mais à classe social do que propriamente ao fato de terem passado ou não seus três primeiros anos em instituições.

Apesar de serem óbvias as limitações da pesquisa *ex-post facto*, muitos são os problemas nas ciências sociais que requerem pesquisas *ex-post facto* simplesmente porque as variáveis independentes não são manipuláveis. O que se faz necessário nesses estudos é considerar outras variáveis possivelmente relevantes e controlá-las estatisticamente. Dessa forma, a provável influência dessas variáveis poderia ser analisada e neutralizada na análise dos resultados da pesquisa.

7.3.3 Levantamento de campo (*survey*)

Levantamento de campo é a modalidade de pesquisa caracterizada pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Consiste basicamente na solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados. Constitui um dos delineamentos mais valorizados no campo das ciências sociais, visto serem muitas as vantagens decorrentes de sua utilização. O levantamento de campo possibilita o contato direto com as pessoas cujos comportamentos, atitudes, opiniões, crenças e valores se deseja conhecer. Possibilita, também, a obtenção de uma grande quantidade de dados em curto espaço de tempo, com custos relativamente baixos. E como os dados obtidos são suscetíveis de tratamento estatístico, possibilita a obtenção de resultados com razoáveis níveis de precisão.

Mas, apesar dessas indiscutíveis vantagens, o levantamento de campo também apresenta limitações. Como os dados são obtidos mediante interrogação, torna-se um delineamento mais útil para verificar com mais propriedade as opiniões das pessoas do que o seu comportamento presente ou passado. Por outro lado, como os dados são obtidos mediante questionários estruturados ou entrevistas com pautas limitadas, os resultados da pesquisa não se caracterizam pela profundidade. Como os dados, de modo geral, são recolhidos em curto espaço de tempo, tendem a refletir o fenômeno pesquisado de uma maneira estática. E como os dados referem-se principalmente a características individuais, o levantamento de campo não se mostra adequado para pesquisar com profundidade as estruturas e os processos sociais.

Em face dessas vantagens e limitações, fica evidente que o levantamento de campo não é o delineamento mais apropriado para investigações aprofundadas de comportamentos e estruturas sociais complexas. É mais adequado a investigações de caráter descritivo do que explicativo. Constitui, no entanto, o delineamento mais adotado

para a solução de problemas relacionados com a opinião pública, o comportamento eleitoral e o consumo, entre outros.

A adequada condução de um levantamento de campo requer a observância de uma sucessão de etapas.

1. **Especificação dos objetivos.** Os objetivos devem ser suficientemente específicos para identificar todas as variáveis que são objeto da investigação. Alguns levantamentos, por serem de caráter explicativo, podem exigir também a construção de hipóteses.
2. **Operacionalização das variáveis.** Muitas das variáveis consideradas nos levantamentos referem-se a fatos ou fenômenos facilmente observáveis e mensuráveis. É o caso, por exemplo, de idade, nível de escolaridade e rendimentos. Muitos outros fatos e fenômenos, no entanto, não são passíveis de observação imediata e muito menos de mensuração. É o caso, por exemplo, de "status social" e nível de socialização urbana. Nesses casos, torna-se necessário operacionalizar os conceitos ou variáveis, ou seja, torná-los passíveis de observação empírica e de mensuração (ver Capítulo 9).
3. **Elaboração do instrumento de coleta de dados.** Para coleta de dados nos levantamentos são utilizados procedimentos de interrogação. O mais adotado é o questionário, que pode ser enviado pelo correio, distribuído aos participantes, respondido por meios eletrônicos ou aplicado com a presença de um entrevistador (ver Capítulo 13).
4. **Pré-teste do instrumento.** Para garantir que o instrumento esteja adequado aos respondentes, procede-se ao seu pré-teste, que consiste geralmente em sua aplicação a uma amostra da população, com entre 10 e 20 participantes (ver Capítulo 13).
5. **Seleção da amostra.** É pouco frequente a aplicação do instrumento à totalidade de população. Então, procede-se geralmente à seleção de uma amostra proporcional e representativa dessa população (ver Capítulo 10).
6. **Coleta de dados.** A coleta de dados ocorre mediante a aplicação de questionários ou realização de entrevistas. Cuidados especiais devem ser tomados nesta etapa para garantir que os dados sejam obtidos de forma completa e sem vieses.
7. **Análise e interpretação dos dados.** Esta etapa envolve procedimentos diversos: estabelecimento de categorias analíticas, codificação, análise estatística e discussão dos resultados (ver Capítulo 17).
8. **Redação do relatório.** Para que os resultados do levantamento possam ser adequadamente comunicados, é necessário elaborar um relatório, que inclua também a problematização do tema, a fundamentação teórica e o método adotado (ver Capítulo 18).

7.4 Pesquisas qualitativas

A mais evidente diferença entre as pesquisas quantitativas e qualitativas é que nas primeiras os resultados são apresentados em termos numéricos e, nas qualitativas, mediante descrições verbais. A forma quantitativa é a clássica na pesquisa. Tanto é que

as pesquisas qualitativas só passaram a ser reconhecidas como adequadas à pesquisa social a partir da década de 1970. Não como alternativas à pesquisa quantitativa, mas como procedimentos adequados para produzir resultados que não são alcançados mediante procedimentos quantitativos (STRAUSS; CORBIN, 2008). Assim, é preciso considerar que as pesquisas qualitativas não se distinguem das quantitativas apenas em decorrência da natureza de seus dados. Elas se distinguem das quantitativas em decorrência, principalmente, da adoção do enfoque interpretativista, que se distingue do enfoque positivista, tradicionalmente adotado como fundamento das pesquisas quantitativas, e que preconizam a adoção dos mesmos procedimentos adotados nas ciências naturais. Segundo o enfoque interpretativista, o mundo e a sociedade devem ser entendidos segundo a perspectiva daqueles que o vivenciam, o que implica considerar que o objeto de pesquisa é construído socialmente. Assim, a pesquisa qualitativa passou a ser reconhecida como importante para o estudo da experiência vivida e dos complexos processos de interação social.

7.4.1 Estudo de caso

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. Não se trata de um delineamento essencialmente qualitativo, visto que há estudos de caso caracterizados pela ampla utilização de dados quantitativos. A maioria das pesquisas definidas como estudo de caso, no entanto, são de natureza qualitativa.

Durante muito tempo, o estudo de caso foi encarado como procedimento pouco rigoroso, que serviria apenas para estudos de natureza exploratória. Hoje, porém, é reconhecido como delineamento adequado para a investigação de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real, em que os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (YIN, 2014). Nas ciências sociais, a distinção entre o fenômeno e o seu contexto representa uma das grandes dificuldades com que se deparam os pesquisadores; o que, muitas vezes, chega a impedir o tratamento de determinados problemas mediante procedimentos altamente estruturados, como os experimentos e levantamentos. Daí, então, a crescente utilização do estudo de caso no âmbito dessas ciências, com diferentes propósitos, tais como:

- a) Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos.
- b) Preservar o caráter unitário do objeto estudado.
- c) Descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação.
- d) Formular hipóteses ou desenvolver teorias.
- e) Explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Para alcançar o que se propõe o estudo de caso, que é o estudo profundo e exaustivo de um fenômeno, requer-se a utilização de múltiplas fontes de evidência,

ou seja, de procedimentos diversos para a obtenção dos dados, tais como: análise de documentos, observação e entrevistas. Requer-se também prolongada permanência do pesquisador em campo. Considere-se, ainda, que as entrevistas, para que sejam adequadas, precisam envolver os mais diversos tipos de sujeitos. Por exemplo, se o caso se referir a uma empresa, poderá requerer a realização de entrevistas com proprietários, empregados, fornecedores, clientes e integrantes de outros grupos capazes de influenciar ou de serem influenciados pela empresa.

Convém ressaltar, ainda, que um bom estudo de caso constitui tarefa difícil de realizar. Mas é comum encontrar pesquisadores inexperientes, entusiasmados pela flexibilidade metodológica dos estudos de caso, que decidem adotá-lo em situações para as quais não é recomendado. Como consequência, ao final de sua pesquisa, conseguem apenas um amontoado de dados que não conseguem analisar.

7.4.2 Pesquisa fenomenológica

Esta modalidade de pesquisa utiliza o método fenomenológico, considerado no Capítulo 2. Trata-se de pesquisa qualitativa por excelência, já que seu propósito é de interpretar o mundo através da consciência dos sujeitos formulada com base em suas experiências. Seu objeto é, portanto, o próprio fenômeno tal como se apresenta à consciência, ou seja, o que aparece, e não o que se pensa ou se afirma a seu respeito (HUSSERL, 1986). Assim, a pesquisa fenomenológica aplica-se a problemas que se referem ao dia a dia das pessoas. Por exemplo, para estudar o convívio com a frustração, com a depressão, com a separação e com a sexualidade.

Na pesquisa fenomenológica identificam-se dois momentos. O primeiro é o da redução fenomenológica (*epoché* em grego = colocar entre parênteses), que consiste em restringir o conhecimento ao fenômeno da experiência de consciência, o que implica desconsiderar o mundo real. Trata-se, pois, do processo pelo qual tudo que é informado pelos sentidos é mudado em uma experiência de consciência, em um fenômeno que consiste em se estar consciente de algo. O segundo momento é o da redução eidética (do grego *eidos* = ideia ou essência), que consiste na redução do objeto da percepção à ideia, o que significa a abstração da existência, de tudo o que é accidental, para permitir a intuição das essências.

As técnicas mais adequadas para coleta de dados na pesquisa fenomenológica são as que possibilitam a livre expressão dos participantes, que é essencial tanto para a descrição quanto para a interpretação da experiência vivida. A mais comum dessas técnicas é a entrevista focalizada, que, ao mesmo tempo em que permite a livre expressão do entrevistado, garante a manutenção de seu foco pelo entrevistador. A seleção dos participantes de uma pesquisa não requer a utilização do processo de amostragem probabilística nem mesmo um número elevado de informantes. Isso porque seu propósito não é o de garantir que seus resultados sejam representativos das características de determinada população. O que interessa é dispor de participantes que sejam capazes de descrever de maneira acurada a sua experiência vivida.

7.4.3 Pesquisa etnográfica

A pesquisa etnográfica tem origem na Antropologia, sendo utilizada tradicionalmente para a descrição dos elementos de uma cultura específica, tais como comportamentos, crenças e valores, baseada em informações coletadas mediante trabalho de campo. Foi utilizada originariamente para a descrição das sociedades sem escrita. Seu uso, no entanto, foi se difundindo e nos dias atuais é utilizada também no estudo de organizações e sociedades complexas.

Pode-se dizer que a pesquisa etnográfica tem como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente mediante a utilização de procedimentos como entrevistas em profundidade e observação participante. É a pesquisa antropológica por excelência, já que se volta para o estudo das múltiplas manifestações de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. A pesquisa etnográfica clássica envolve uma detalhada descrição da cultura como um todo, o que requer dos pesquisadores – pessoas estranhas à comunidade – longa permanência em campo.

A maioria das pesquisas etnográficas conduzidas contemporaneamente, todavia, não se voltam para o estudo da cultura como um todo. Embora algumas pesquisas possam ser caracterizadas como estudos de comunidade, a maioria realiza-se no âmbito de unidades menores, como empresas, escolas, hospitais, clubes e parques. E valem-se de ampla multiplicidade de técnicas de coleta de dados, tais como entrevista, observação, análise de artefatos físicos e toda sorte de documentos.

A pesquisa etnográfica apresenta uma série de vantagens em relação a outros delineamentos. Como é realizada no próprio local em que ocorre o fenômeno, seus resultados costumam ser mais fidedignos. Como não requer equipamentos especiais para coleta de dados, tende a ser mais econômica. Como o pesquisador apresenta maior nível de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis. Mas a pesquisa etnográfica também apresenta desvantagens. De modo geral, sua realização demanda mais tempo do que outras modalidades de pesquisa, como o levantamento, por exemplo. A pesquisa etnográfica fundamenta-se num pequeno número de casos, não se tornando apropriada para promover generalizações. O pesquisador, por sua vez, precisa participar ativamente de todas as etapas da pesquisa, já que não há como atribuir a outros a tarefa de coleta de dados.

7.4.4 Teoria fundamentada (*grounded theory*)

A *grounded theory* tem sua origem nos trabalhos desenvolvidos por Barney Glaser e Anselm Strauss (1967), com o objetivo de proporcionar uma alternativa ao processo de geração dedutiva de teorias sociais. Esses dois sociólogos consideraram que as grandes teorias eram muito abstratas e, portanto, difíceis de serem testadas empiricamente. Propuseram, então, um método de pesquisa que facilitasse a explicação da realidade social mediante a construção de teorias indutivas, baseadas na análise sistemática dos dados.

Na *grounded theory*, o pesquisador, mediante diversos procedimentos, reúne um volume de dados referente a determinado fenômeno. Após compará-los, codificá-los

e extrair suas regularidades, conclui com uma teoria que emerge desse processo de análise. Seu produto é, pois, uma teoria fundamentada nos dados. O propósito do pesquisador não é testar uma teoria, mas entender uma determinada situação, como e por que os participantes agem dessa maneira e por que essa situação se desenvolve daquele modo. A teoria que emerge dos dados revela o comportamento das pessoas em situações específicas. Não podem, portanto, ser entendidas como representativas de uma realidade objetiva, externa aos sujeitos. São, a rigor, reconstruções da experiência.

Nessa modalidade de pesquisa o pesquisador em conjunto com os sujeitos da pesquisa reconta suas experiências por meio de uma teoria. Esta teoria tem uma amplitude restrita. Não pode ser entendida como um conjunto de proposições ou hipóteses que formam um sistema dedutivo. É uma teoria substantiva, específica para determinado grupo ou situação, que não pode, portanto, ser generalizada. Não pode ser encarada como uma verdade absoluta, mas como a explicação de uma realidade tornada real pelos sujeitos da pesquisa.

O procedimento mais adotado para coleta de dados na *grounded theory* é a entrevista, que é dirigida não a integrantes de uma categoria específica, mas a pessoas que de alguma forma se relacionam com o fenômeno a ser pesquisado. Numa pesquisa referente ao processo de recuperação de acidentados no trânsito, por exemplo, podem-se entrevistar, além dos próprios pacientes, também, médicos, enfermeiras, pessoas da família e visitantes. Não se estabelece nas entrevistas um roteiro prévio, nem é preciso garantir que as mesmas perguntas sejam feitas a todos os informantes. Mas é necessário que ao longo do processo o entrevistador vá se perguntando: O que está acontecendo? Qual é a situação? O que de fato esta pessoa está querendo dizer? Que categorias de análise sugerem estas respostas?

Cada entrevista deve se relacionar com a anterior. Assim, pode-se dizer que a construção da teoria fundamentada se inicia com a coleta de dados. À medida que se vai avançando nas entrevistas, o pesquisador vai promovendo sucessivas comparações e a teoria vai emergindo. Por essa razão é que se torna conveniente ao entrevistador elaborar memorandos, ou seja, anotar ideias significativas para a construção da teoria à medida que estas forem surgindo.

7.5 Pesquisa narrativa

A pesquisa narrativa fundamenta-se nas experiências pessoais expressas em histórias contadas pelas pessoas. Consiste, portanto, em pesquisa focada em um ou poucos indivíduos, cujos dados são obtidos mediante o relato de suas experiências pessoais, sua ordenação cronológica e a interpretação de seu significado.

Podem ser identificadas diferentes modalidades de pesquisa narrativa. A biografia é a modalidade de pesquisa em que o pesquisador analisa cronologicamente a experiência de vida de outras pessoas. A autobiografia é outra modalidade, sendo que nesta as próprias pessoas a que se refere o estudo registram sua história pessoal. A história de vida fundamenta-se na obtenção pelo pesquisador da narrativa da vida inteira da vida de um indivíduo ou de suas experiências pessoais ao longo de determinado período

de tempo. A história oral, por fim, consiste na reunião de depoimentos considerados relevantes para o estudo de eventos, organizações ou comunidades.

7.6 Pesquisa de métodos mistos

A partir do final da década de 1990 passou-se a discutir a possibilidade e a conveniência da realização de pesquisas de métodos mistos, ou seja, de pesquisas que combinam elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa com o propósito de ampliar e aprofundar o entendimento e a corroboração dos resultados (CRESWELL, 2013). Embora haja ainda muita discussão acerca dessa modalidade de pesquisa, podem-se identificar situações em que se justifica sua aplicação: 1) quando uma única fonte de dados (quantitativa ou qualitativa) for insuficiente; 2) quando se percebe a necessidade de explicar os resultados iniciais de uma pesquisa quantitativa ou qualitativa; 3) quando existe uma necessidade de generalizar os achados exploratórios; 4) quando existe a necessidade de aperfeiçoar o estudo com um segundo método; 5) Quando existe uma necessidade de empregar melhor uma postura teórica; 6) Quando existe uma necessidade de entender um objetivo da pesquisa por meio de múltiplas fases.

São considerados, a seguir, os principais delineamentos de pesquisa de métodos mistos.

7.6.1 Delineamento sequencial explanatório

O delineamento sequencial explanatório caracteriza-se pela coleta e análise de dados quantitativos seguida pela coleta e análise de dados qualitativos. É adotado com o propósito de utilizar dados qualitativos para auxiliar na interpretação dos resultados de um estudo primariamente quantitativo. Sua utilização é recomendada quando o pesquisador percebe a necessidade de dados qualitativos para explicar resultados obtidos com dados quantitativos que se mostraram discrepantes ou surpreendentes.

7.6.2 Delineamento sequencial exploratório

O delineamento sequencial exploratório é conduzido em duas fases, sendo a primeira caracterizada pela coleta e análise de dados qualitativos e a segunda pela coleta e análise de dados quantitativos. Seu propósito é utilizar resultados quantitativos para auxiliar na interpretação de resultados qualitativos. Diferentemente do delineamento sequencial explanatório, que é mais apropriado para explicar e interpretar relações, o propósito desse delineamento é o de explorar o fenômeno. Pode ser utilizado, por exemplo, para desenvolver um instrumento que ainda não está disponível para generalizar resultados qualitativos, para estudar um fenômeno em profundidade ou para testar aspectos de uma teoria emergente.

7.6.3 Delineamento convergente

O delineamento convergente caracteriza-se pela coleta e análise tanto de dados quantitativos quanto qualitativos durante a mesma etapa do processo de pesquisa, seguida

da fusão dos dois conjuntos de dados em uma interpretação geral. Seu propósito é o de obter dados diferentes, mas complementares, sobre o mesmo tópico, para melhor entender o problema de pesquisa. O que se pretende com esse delineamento é aliar as vantagens dos métodos quantitativos (amostragem representativa, quantificação, generalização) às vantagens dos métodos qualitativos (pequenas amostras, profundidade).

7.6.4 Delineamento incorporado

O delineamento incorporado, assim como o paralelo convergente, caracteriza-se pela coleta tanto de dados quantitativos em determinada pesquisa. Todavia, diversamente do delineamento paralelo convergente, existe um método predominante (quantitativo ou qualitativo) que guia o projeto. O pesquisador pode incorporar um elemento qualitativo em um delineamento quantitativo, como um experimento, ou incorporar um elemento quantitativo a um delineamento qualitativo, como um estudo de caso. Esse elemento suplementar geralmente é incorporado com o propósito de aprimorar a pesquisa com o uso de métodos diferentes, mantendo, porém, um método predominante.

7.6.5 Delineamento transformativo

O delineamento transformativo caracteriza-se pela utilização de uma estrutura teórica de base transformativa com o propósito de prever as necessidades de populações sub-representadas ou marginalizadas. Trata-se de um delineamento crítico, já que é subordinado a uma perspectiva ideológica. Há que se considerar, no entanto, que é cada vez mais frequente a utilização de pesquisas – notadamente qualitativas – que se valem de fundamentação fornecida por teorias feministas, étnicas, de orientação sexual e de incapacidade, com o propósito explícito de contribuir para melhorar a situação desses grupos. Essas pesquisas orientam-se no sentido de identificar os desequilíbrios de poder e a capacitação de indivíduos e comunidades e promover causas de justiça social.

7.6.6 Delineamento multifásico

É o mais complexo dentre todos os delineamentos de métodos mistos, pois o pesquisador investiga um problema mediante uma sequência de estudos quantitativos e qualitativos interconectados. É utilizado quando uma única pesquisa de métodos mistos não é suficiente para satisfazer objetivos de longo prazo. O delineamento multifásico desenvolve-se ao longo de três, quatro ou mais fases. O pesquisador, após definir o objetivo geral da pesquisa, inicia a primeira fase, determinando as questões de pesquisa. Em seguida, planeja, coleta dados, analisa e interpreta os resultados. Após relatar os resultados, passa para a segunda fase, para a terceira, e assim sucessivamente.

7.7 Pesquisas não interferentes

Existe uma longa tradição de pesquisas não interferentes nas ciências sociais. O clássico estudo de Émile Durkheim ([1897], 1973) acerca do suicídio constitui um dos

mais notáveis exemplos. Com base em registros estatísticos disponíveis, demonstrou como sua ocorrência tem a ver com a quebra dos laços de solidariedade entre os indivíduos. Foi, porém, com o aparecimento do livro de Webb, Campbell, Schwartz e Sechrest (1966) que se difundiram os conceitos de pesquisa não reativa e de medidas não intrusivas. Esses autores definem medidas não intrusivas como as que não exigem que o pesquisador se intrometa no contexto da pesquisa e as propõem com vistas a reduzir os vieses dessa intrusão. Entre essas medidas estão tanto as obtidas em fontes convencionais, como registros históricos e estatísticos, quanto as obtidas em fontes incomuns, como lixo, grafites e obituários. São, pois, pesquisas que também podem ser definidas como documentais.

Três modalidades de pesquisas não interferentes são aqui consideradas: pesquisa comparativa, pesquisa baseada em registros estatísticos e análise de conteúdo.

7.7.1 Pesquisa comparativa

Esta modalidade de pesquisa consiste essencialmente na comparação de fatos e fenômenos de uma mesma série para verificar a existência de semelhanças e diferenças entre eles. Constitui modalidade de pesquisa das mais fundamentais nas ciências sociais. Tanto é que Émile Durkheim considerava o método comparativo o mais fundamental para a sociologia.

A pesquisa comparativa pode levar em consideração o espaço ou o tempo. Quando se considera o espaço, a principal modalidade de pesquisa comparativa é a que compara culturas nacionais. Mas vem se tornando cada vez mais frequentes pesquisas que comparam regiões, comunidades ou organizações. Com efeito, a lógica da comparação pode ser aplicada em diferentes níveis de análise. Mesmo porque os estudos culturais são atualmente desenvolvidos também no âmbito das organizações e de agrupamentos menores que configuram as chamadas subculturas, constituídas por integrantes de grupos etários, religiosos profissionais etc.

Quando se considera a dimensão temporal a pesquisa comparativa assume o caráter de pesquisa histórica, focando sociedades, comunidades, organizações e outros agrupamentos humanos ao longo do tempo. Tem sido tradicionalmente utilizada no campo da sociologia, da antropologia e da ciência política. Auguste Comte, que cunhou o termo sociologia, concebia esta disciplina como o estágio final do desenvolvimento das ideias sociais. Lewis Morgan (1877) via a evolução da sociedade como uma progressão, que ia do “barbarismo” à “civilização”. Émile Durkheim (1893) concebia a evolução social como decorrência da divisão do trabalho. Karl Marx ([1867], 2007) enfatizava a evolução dos fatores econômicos como determinantes da natureza da sociedade. Max Weber (1905) analisou o papel das ideias religiosas no desenvolvimento do capitalismo.

A pesquisa histórica caracteriza-se pela coleta, organização e análise crítica dos dados relacionados com ocorrências do passado. Seu propósito é o de desenvolver uma interpretação de eventos passados para fornecer uma compreensão mais adequada do

presente. Isso porque o passado pode ser entendido como uma força viva e atuante que mantém o mundo contemporâneo.

As pesquisas comparativas, quer enfatizem a dimensão temporal ou a espacial, valem-se, essencialmente de fontes documentais, principalmente primárias, ou seja, aquelas que ainda não passaram por nenhum tratamento analítico. Entre estas fontes estão: diários, memórias, autobiografias, discursos, cartas, fotografias, artefatos físicos, artigos de jornal, atas de reunião, estatutos de organizações, legislação, documentos oficiais etc.

7.7.2 Pesquisa baseada em registros estatísticos

É possível realizar pesquisas sociais utilizando registros estatísticos elaborados por órgãos governamentais ou por grandes organizações. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o mais importante órgão oficial que oferece registros dessa natureza. As informações constantes desses registros são coletadas para subsidiar decisões políticas ou para atender a necessidades dos serviços públicos. Esta modalidade de pesquisa difere, portanto, das que se valem de dados secundários, que são obtidos com o objetivo de atender a necessidades específicas de alguma outra pesquisa.

Dados estatísticos existentes são utilizados frequentemente nas pesquisas com a finalidade de complementar dados obtidos por outros meios. Também podem ser utilizados para o esclarecimento do contexto em que ocorrem os fenômenos estudados mediante pesquisas como levantamentos de campo. Mas podem ser utilizados como procedimento fundamental, como no estudo desenvolvido por Durkheim sobre o suicídio.

São evidentes as limitações das pesquisas que se valem dessa modalidade de dados. Os dados disponíveis foram coletados para servir a propósitos outros que não o da pesquisa pretendida. Assim, podem não cobrir exatamente o que interessa pesquisar. Por outro lado, pode haver razões sérias para duvidar da qualidade dos dados fornecidos por órgãos governamentais, sobretudo em países que mantêm regimes não democráticos ou que apresentam elevados níveis de corrupção.

7.7.3 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo foi concebida inicialmente como uma técnica de pesquisa destinada a proporcionar a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações (BERELSON, 1952). Foi utilizada inicialmente para estudar o conteúdo dos meios de comunicação de massa, mediante a identificação da presença de certas palavras, conceitos, temas, frases, caracteres ou sentenças presentes nos textos. De acordo com essa concepção, as pesquisas que utilizavam esse procedimento poderiam ser consideradas pesquisas quantitativas. Seu significado, no entanto, foi se ampliando e passou a adotar também procedimentos de natureza qualitativa e considerar o contexto social econômico em que são utilizadas não apenas as palavras, mas também as imagens e os sons.

Em virtude dessas alterações, ampliou-se o alcance da análise de conteúdo, já que veio possibilitar fazer inferências acerca da sociedade e da cultura em que se manifestam as comunicações. Passou, então, a ser utilizada por pesquisadores no campo da sociologia, antropologia, psicologia e ciência política, sobretudo em campos difíceis de pesquisar mediante procedimentos de observação ou de interrogação, como os que envolvem questões de gênero, ideologia política, estratégia de negócios e convicções religiosas.

Exercícios e trabalhos práticos

1. Formule um problema de pesquisa e localize material bibliográfico presumivelmente importante para o seu desenvolvimento.
2. Formule problemas de pesquisa no âmbito das ciências sociais que possam ser pesquisados experimentalmente.
3. Analise relatórios de pesquisas e procure classificá-los de acordo com os vários tipos de delineamento.
4. Formule problemas de pesquisa cujos dados possam ser obtidos exclusivamente a partir da análise de documentos.